

## A escola como promotora da alimentação saudável

**Elizabeth Accioly**

Instituto de Nutrição Josué de Castro - UFRJ

eaccioly@nutricao.ufrj.br

### Resumo

São reconhecidos o papel da alimentação na promoção da saúde e proteção contra doenças e as repercussões da alimentação inadequada em etapas precoces da infância sobre a saúde na vida adulta. A escola pode ser considerada espaço privilegiado para implementação de ações de promoção da saúde e desempenha papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida, entre eles, o da alimentação, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O alimento pode ser inserido no processo educativo, não apenas em disciplinas relacionadas às ciências da biologia e da saúde, mas em todas as áreas do conhecimento e desta forma, estimular o consumo de alimentos saudáveis na escola e no cotidiano da criança. Educadores, pais, alunos, merendeiras, comunidade têm importante papel na construção de um ambiente escolar promotor de estilos de vida saudáveis, em especial, a alimentação.

**Palavras-Chaves:** alimentação saudável, escola, prevenção, causar promoção da saúde.

## The school as a promoter of a healthy diet

### Abstract

It is today recognized the role that played by nutrition in both health promotion and protection against diseases, as well as the potential effects that inadequate nutrition in the early stages of childhood has in adulthood. The school should be considered as a privileged space to implement actions to promote health. It plays a key role in shaping values, habits and lifestyles, amongst them eating food habits based upon practices that respect cultural diversity and that are environmentally, culturally, economically and socially sustainable. Knowledge about different food items can be part of the educational process, not only in Biology or Health related disciplines but in all areas of knowledge and, thereby, stimulate the consumption of healthy food both in the school and daily life. The community of educators, parents, students and cooks plays an important role in construction of school as an space environment for the promotion of healthy lifestyles, in particularly, of healthy eating food habits.

**Keywords:** healthy diet, school, prevention, health promotion

### 1. Alimentação da criança

É reconhecido o papel da alimentação na promoção da saúde e proteção contra doenças. A comunidade científica já reconhece que os efeitos da alimentação inadequada em etapas precoces da vida podem acarretar consequências na saúde na vida adulta.

O Brasil, a exemplo de outros países em desenvolvimento, experimenta a chamada transição nutricional- caracterizada pela



concomitância de situações de má-nutrição resultantes de deficiências nutricionais e as decorrentes de excessos alimentares, num cenário em que doenças infecciosas e carenciais proporcionalmente diminuem e os agravos crônicos não transmissíveis ocupam lugar de destaque como causas de morbimortalidade (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2004, PATARRA in MONTEIRO, 2006). Tal situação é consequência de mudanças nos estilos de vida impostos pela urbanização, industrialização e massificação da informação e acesso a bens e serviços. A evolução do padrão nutricional no país revela redução importante da desnutrição protéico-energética (DPE) infantil e, no cenário da má-nutrição por carência, ascensão importante da anemia por deficiência de ferro. Em contraposição à redução da DPE, aumenta consideravelmente a frequência da obesidade em crianças, destacando-se a faixa etária dos escolares.

Já é reconhecido pela comunidade científica que doenças crônicas não transmissíveis (cardiovasculares, câncer, etc), podem ter origem em etapas precoces da vida e que, para muitas delas, a alimentação representa importante fator de risco. Dentre os distúrbios dieta-relacionados, de alto impacto epidemiológico, destacam-se as doenças cardiovasculares, o diabetes mellitus, a hipertensão arterial, câncer, obesidade e dislipidemias (alterações nas frações de gorduras no sangue).

Os estudos nacionais sobre consumo e disponibilidade domiciliar de alimentos apontam que, num período aproximado de 30 anos, importantes mudanças no padrão alimentar da população brasileira foram observadas, dentre elas aumento do consumo de açúcar, baixo consumo de frutas, legumes e verduras, consumo elevado de gorduras totais e de gordura saturada (gordura animal) e redução do consumo de alimentos tradicionais na dieta brasileira como leguminosas (ex: feijões), tubérculos (ex: batatas) e raízes (ex:

mandioca) (IBGE, 1977, 2003). Tais mudanças constituem importantes determinantes dos índices crescentes de excesso de peso, tanto na população adulta, quanto infantil (IBGE, 2003).

Os hábitos alimentares, via de regra, são estabelecidos durante os primeiros anos de vida. Fazem parte da cultura e identidade dos povos e nações e são modificáveis por pressões econômicas, sociais e culturais.

A alimentação infantil sofre forte influência do padrão familiar, considerada a família como o primeiro núcleo de integração social do ser humano. Assim, a adequação da alimentação nos primeiros anos de vida depende do padrão e da disponibilidade alimentar da família. Mais adiante, a influência de outros grupos sociais (creche, clubes, escolas, etc) e da publicidade na área de alimentos, se apresentam de forma mais intensa.

Os hábitos alimentares refletem, além de suas preferências alimentares, as características culturais de cada indivíduo, associado ao seu estilo de vida. Desjejuns (café da manhã) de pequeno porte e realizado às pressas e jantares em grande volume, são ajustes modernos a essa mudança (ABERC, 2008). Em casa, o consumo de alimentos industrializados associa-se ao hábito de assistir televisão, ao uso de videogames e jogos eletrônicos, caracterizando formas de lazer sedentários, comumente associados ao consumo de alimentos, por vezes não saudáveis (guloseimas, biscoitos com alto teor de gorduras e açúcar, refrigerantes, etc), de consumo prático e estimulado pela propaganda comercial.

O presente ensaio tem como objetivo aportar elementos para sensibilizar os educadores no que diz respeito ao papel da escola como promotora da alimentação saudável.

## II. Alimentação no ambiente escolar

O escolar, é via de regra, a criança entre 7 a 10 anos. Embora ainda se encontre em crescimento, nesta fase, o ritmo é menos acelerado em comparação à fase anterior (pré-escolar) e a seguinte (puberdade/adolescência). É uma fase de intensa integração social estabelecendo a criança grupos de convivência no bairro onde reside, na escola, em espaços de lazer e convivência.

A alimentação é um ato, não apenas fisiológico mas, também, de integração social e, portanto, é fortemente influenciada pelas experiências a que são submetidas as crianças e os exemplos em seu círculo de convivência

Considerando a escola como espaço de convivência e de troca de vivências a experiência alimentar na escola pode ser levada ao núcleo familiar e, nesse aspecto, destaca-se o papel da merenda escolar. Uma escola promotora de saúde estimula, através do programa de alimentação escolar, boas práticas de alimentação e estimula na comunidade, a busca por escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis (ABERC, 2008).

O tradicionalmente conhecido programa de merenda escolar, atualmente denominado, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE foi implantado, em seus primórdios, em 1955, durante a era Vargas, tendo como objetivo garantir o fornecimento de parte das necessidades nutricionais diárias do escolar, obedecendo aos princípios da boa alimentação. Constitui a primeira política pública relacionada à alimentação do escolar e se mantém até os dias atuais. Além do caráter assistencial, constitui uma iniciativa de educação alimentar que envolve vários atores da comunidade escolar, desde o sujeito principal- a criança, até merendeiras, professores, gestores e família. O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e é considerado um dos maiores programas na

área de alimentação escolar no mundo, sendo o único com atendimento universalizado (disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-historico>). Objetiva através da educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições nutricionalmente equilibradas, favorecer o rendimento escolar de alunos matriculados no ensino básico, na rede pública e filantrópica de ensino e contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis pela clientela assistida (<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>). Mais recentemente, com a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, pelo governo federal, o programa foi ampliado para estudantes do ensino médio. Ficou também consagrado o estímulo à agricultura familiar, através da determinação de que, pelo menos, 30% dos produtos alimentares do PNAE sejam adquiridos junto a agricultores familiares locais, o que favorecerá, certamente, o desenvolvimento local/regional sustentável (BRASIL, 2009).

No entanto, outras ofertas de alimentos no ambiente escolar podem ocorrer e sem compromisso com os princípios da alimentação saudável. Cantinas no interior das próprias escolas e o comércio ambulante nos arredores das instituições oferecem, por vezes, alimentos de baixo valor nutricional, geralmente ricos em energia, gorduras, açúcar e sal e pobres em vitaminas e sais minerais. Como medida para favorecer o espaço escolar como promotor da boa alimentação na rede privada de ensino, coibindo a comercialização de alimentos não saudáveis no ambiente escolar, foi criada a portaria 02/2004 por iniciativa da 1ª vara da infância e da juventude no Rio de Janeiro. A portaria gerou grande discussão no meio científico, acadêmico, nas escolas e por parte dos fornecedores de produtos e donos de cantinas. A portaria foi suspensa, mas seus princípios inspiraram outras iniciativas de promoção da alimentação saudável nas escolas. A título de ilustração, no quadro 1 é apresentada a lista simplificada de alimentos não recomendados para oferta nas cantinas

escolares, pela referida portaria e que pode servir como referencial para nortear a comercialização de alimentos pelas cantinas escolares.

**Quadro 1** - Lista de alimentos não recomendados para comercialização em cantinas escolares

Refrigerantes e refrescos artificiais

Bebidas à base de xarope de guaraná ou groselha

Chá mate e bebidas à base de chá preto

Bebidas isotônicas

Preparações fritas em geral

Empadas e folheados

Biscoitos recheados

Biscoitos salgados tipo aperitivo e amendoim salgado ou doce

Presunto, apresetado, mortadela, blanquete, salame (paté)

Carne de hambúrguer, bacon, lingüiça, salsicha, salsichão, patês

Balas, caramelos, gomas de mascar, pirulitos e assemelhados

Picolés (exceto os de fruta)

Sorvetes cremosos

Coberturas doces e molhos industrializados disponíveis para serem adicionados aos lanches

Mais do que instrumentos legais tais iniciativas têm objetivo educativo, tanto para comercialização, como para a comunidade escolar, no sentido de modificar a cultura alimentar no ambiente a que se destina, com base nos princípios da alimentação saudável.

Considerando o tempo de permanência na instituição e a diversidade de oportunidades de ensino formal e de incorporação de valores, hábitos e atitudes, a escola representa espaço importante para a

implementação de ações que visem o estabelecimento de hábitos saudáveis de alimentação.

Reconhecendo a necessidade de promover bons hábitos de vida, a Organização Mundial da Saúde defende a necessidade de mudanças nos estilos de vida, recomendando a adoção de dieta adequada e atividade física regular, como forma de prevenção de agravos crônicos não transmissíveis, em movimento denominado Estratégia Global (WHO, 2004). Neste sentido recomenda as seguintes ações de alimentação dirigidas à escola, resumidas no quadro 2.

**Quadro 2** - Promoção de estilos de vida saudáveis na escola relacionados à alimentação

Restrição do consumo de alimentos ricos em energia (calorias) e pobres em vitaminas e sais minerais

Limitação da exposição das crianças às agressivas práticas de publicidade de produtos de baixo valor nutricional

Garantia de informações para promover escolhas saudáveis para o consumo alimentar.

Resgate de dietas tradicionais, via de regra, mais saudáveis

Fonte: Adaptado de WHO, 2004

Como parte da Política Nacional de Promoção da Saúde, foram propostos pelo Ministério da Saúde os *Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas* (quadro 3) elaborados com o objetivo de *“propiciar a adesão da comunidade escolar a hábitos alimentares saudáveis e atitudes de autocuidado e promoção da saúde. Consistem num conjunto de estratégias que devem ser implementadas de maneira complementar entre si, permitindo a formulação de ações/atividades de acordo com a realidade de cada*

local” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006), apresentados no quadro que se segue.

**Quadro 3** - Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas

1º passo – A escola deve definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar para favorecer escolhas saudáveis.

2º Passo – Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.

3º Passo – Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

4º Passo – Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.

5º Passo – Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

6º Passo – Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

7º Passo – Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

8º Passo - Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.

9º Passo – Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.

10º Passo – Desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional dos escolares, com ênfase em ações de diagnóstico, prevenção e controle dos distúrbios nutricionais.

Fonte: ([http://nutricao.saude.gov.br/documentos/dez\\_passos\\_pas\\_escolas.pdf](http://nutricao.saude.gov.br/documentos/dez_passos_pas_escolas.pdf))

No Rio de Janeiro, o Instituto de Nutrição Annes Dias-INAD é a instância municipal normativa e reguladora responsável por ações de alimentação e nutrição, pautadas na Política de Alimentação e Nutrição do Município do Rio de Janeiro, tendo o Direito Humano à Alimentação Adequada-DHAA e a Segurança Alimentar e Nutricional-SAN como pilares para garantir o desenvolvimento pleno do ser humano. A Secretaria Municipal de Saúde-SMS do Rio de Janeiro, desenvolve importante trabalho educativo na área de saúde escolar. A produção de material educativo, em parceria com outros Programas de Saúde da SMS, como o INAD e com a Secretaria Municipal de Educação, tem contribuído para a reflexão sobre promoção de saúde na comunidade escolar, incluindo aspectos alimentares. Para conhecer as ações do INAD, acessar o portal da secretaria municipal de saúde e defesa civil do município do Rio de Janeiro (<http://www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/hm/v2/view.htm?inoid=611&editionsectionid=39>).

Apesar da relativa sustentabilidade do programa de Alimentação Escolar, este não é imune às crises/dificuldades econômicas, de abastecimento e de mudanças no cenário político. Tendo em vista tratar não apenas da oferta de refeições na escola (caráter assistencial), mas de contribuir para promoção de um padrão alimentar saudável, o envolvimento da comunidade escolar, incluindo professores, merendeiras e pais é de fundamental importância para que o programa atinja seus propósitos. Destaca-se que programa é submetido ao controle social, por meio da atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público (<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>). OS CAEs são constituídos por representação de professores, pais de alunos e sociedade civil, indicados pelas instâncias/entidades que representam (ME/FNDE, 2006).

### III. Iniciativas e estratégias que promovem a boa alimentação na escola

A seguir, são apresentadas algumas sugestões de iniciativas e estratégias passíveis de adoção na rotina de trabalho pela própria comunidade escolar, tendo os educadores como elementos catalizadores das ações e contando com o apoio da administração das instituições escolares e das secretarias de ensino.

1. *Currículo*: inclusão de conteúdos de nutrição no currículo escolar e na formação de profissionais de ensino fundamental e médio de forma a inserir nas atividades formais e informais do cotidiano escolar os conceitos básicos da alimentação saudável.

2. *Atividades didático-pedagógicas*: O alimento pode ser inserido no processo educativo, não apenas em disciplinas relacionadas às ciências da biologia e da saúde, mas em todas as áreas do conhecimento (ABERC, 2008):

- Em ciências: pode se fazer alusão à composição nutricional, efeitos no organismo, recomendações e guias alimentares, noções de higiene alimentar;
- Na matemática: introduzir o conceito de pesos, medidas, frações utilizando figuras de alimentos;
- Nas artes: dramatização envolvendo conceitos de boa alimentação e sua relação com a saúde;
- Na geografia e história: explorar o papel econômico e cultural dos alimentos, sua origem e usos;
- Na língua portuguesa: estimular a produção de textos, redação e outras tarefas a respeito de alimentos. Alimentação, seus efeitos sobre a saúde e a determinação de agravos e doenças;

- Na educação física: destacar o papel da alimentação para o exercício e desempenho físico.

3. *Atividades complementares*:

- Jogos explorando o conhecimento sobre os alimentos
- Oficinas e cozinha experimental: despertar o interesse pelo manuseio do alimento, incluindo a proposição e preparação de receitas.
- Hortas escolares: produção de alimentos que poderão ser consumidos na merenda ou trabalhados nas oficinas (ver nota de rodapé).
- Murais informativos: com preparação pelos alunos de material ilustrativo, enfatizando diversos aspectos da alimentação saudável.

4. *Capacitação de pessoal*: é importante instrumentalizar os professores com conhecimentos e estratégias metodológicas que permitam inserir o tema no cotidiano escolar. O professor pode desempenhar papel como mediador de atividades de educação nutricional (DOMENE, 2008), sob a orientação do nutricionista, profissional ao qual compete, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), a programação, elaboração e avaliação dos cardápios a serem oferecidos nas escolas (CFN, 2005). A aquisição de conhecimentos em Alimentação e Nutrição instrumentalizam e sensibilizam o educador para fomentar práticas saudáveis de alimentação na escola (SCHMITZ et al, 2008; DAVANÇO et al, 2004).

Nota de rodapé:

Informações sobre a criação de hortas nas escolas podem ser obtidas em: [www.educandocomahorta.gov.br](http://www.educandocomahorta.gov.br)



O treinamento e sensibilização das merendeiras também auxiliam na criação de um ambiente que favoreça a adoção de práticas saudáveis de alimentação. Além disso, os manipuladores da merenda escolar devem ter conhecimentos e capacidade para manipular os alimentos em condições higiênicas, seguras e adequadas (PISTORE, 2006).

A capacitação também deve estender-se aos proprietários de cantinas escolares, os quais devem ser conscientizados quanto à oferta de alimentos saudáveis em seus estabelecimentos.

5. *Mudanças de atitudes frente à alimentação:* o comportamento alimentar dos educadores e merendeiras também pode influenciar o consumo infantil, devendo o bom exemplo partir daqueles que convivem com a criança e que funcionam como referência de comportamento.

É preciso modificar as práticas de consumo em atividades como feiras/exposições de ciências, gincanas, festividades e datas comemorativas e outras que pressuponham oferta e exposição de alimentos, estimulando-se o consumo de frutas no lugar de sobremesas a base de doces, preparações que agregam ingredientes mais nutritivos (bolo de cenoura, pão integral ou comum com agregação de grãos, recheios de sanduíches contendo combinações de ingredientes naturais como verduras, legumes e frutas, etc.); laticínios com gordura reduzida (requeijão, queijos, etc.), sucos naturais de frutas no lugar de refrigerantes, iogurte natural na preparação de cremes no lugar de maionese e creme de leite.

### **Considerações finais**

Alcançar níveis de saúde que promovam o bem-estar e desenvolvimento sociais depende de uma alimentação saudável desde os primórdios da vida. A escola como espaço de aquisição de

conhecimentos e valores pode contribuir para a reversão da tendência de doenças não transmissíveis com origem na infância e repercussões na vida adulta.

A alimentação escolar pode contribuir decisivamente para a melhoria das condições nutricionais de crianças e jovens, diminuindo deficiências nutricionais e outros agravos relacionados ao consumo alimentar inadequado, protegendo e melhorando significativamente o desempenho escolar, favorecendo crescimento e desenvolvimento adequados, além de representar um importante fator de desenvolvimento econômico local.

A escola pode ser considerada um espaço privilegiado para a promoção da saúde e desempenha papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida, entre eles, o da alimentação, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O tema tem caráter interdisciplinar e intersetorial, congregando uma gama de atores. O educador é um dos elementos mais importantes como referência de comportamento e como promotor de ações que favoreçam a aquisição de bons hábitos alimentares, devendo o processo de educação alimentar na escola envolver a criança, a família e a comunidade na qual está inserida. Todos esses atores devem participar ativamente nos espaços formais e informais de discussão exercendo o tão necessário controle social das políticas públicas, como é o caso do PNAE.

É essencial que todos estejam envolvidos no processo de construção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar que venham a interferir positivamente sobre as práticas alimentares de crianças e jovens, modificando o preocupante cenário de agravos à saúde relacionado à alimentação inadequada em etapas precoces da vida.

## Referências bibliográficas

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS-ABERC. 2008. Anais do IV Forum Nacional de Merenda Escolar, São Paulo, Brasil.
  
2. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN Nº 358/2005 de 18 de maio de 2005. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), e dá outras providências. Brasília, DF.
  
3. DAVANÇO, G.M.; TADDEI, J.A.A.C.; GAGLIANONE, C.P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. *Rev. Nutr.* V.17, n.2, p. 177-184. 2004.
  
4. DOMENE, SEMÍRAMIS MARTINS ÁLVARES. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. *Psicol. USP* v.19, n.4. 2008 (versão on line).
5. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-historico> (Acesso em 23/01/10).
  
6. \_\_\_\_\_ . Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar> (Acesso em 21/01/10).
  
7. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Consumo alimentar; antropometria. Vol 1. Estudo Nacional da Despesa Familiar, dados preliminares. Rio de Janeiro.1977.
  
8. \_\_\_\_\_ . Pesquisa de orçamento familiar- 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/default.shtm> (Acesso em 25/02/09).
  
9. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/FNDE. Resolução FNDE n. 32. Estabelece normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, 10/08/2006.
  
10. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia alimentar para a população brasileira. 2004.
  
11. \_\_\_\_\_ . Dez passos para a alimentação saudável nas escolas, 2006. Disponível em [http://nutricao.saude.gov.br/documentos/dez\\_passos\\_nas\\_escolas.pdf](http://nutricao.saude.gov.br/documentos/dez_passos_nas_escolas.pdf) (Acesso em 20/2/09).
  
12. PATARRA N.L. Mudanças na dinâmica demográfica. In: Monteiro CA, organizador. Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil. A evolução do País e de suas doenças. 2ª edição aumentada. Hucitec, Nupens/USP, 2006.
  
13. PISTORE, A.R. Avaliação dos conhecimentos higiênico-sanitários dos manipuladores de merenda escolar: fundamento para treinamento contínuo e adequado. *Hig. aliment*; v. 20, n.146, p.17-20. 2006.
  
14. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei Nº 11.947. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, 16 de junho de 2009
  
15. SCHMITZ, B.A.S; RECINE, E.; CARDOSO, G.T.; SILVA, J.R.M.; AMORIM, N.F.A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M.L.C.F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cad. Saúde Pública* ; v.24(supl.2), p s312-s322. 2008

16. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO/ Instituto de Nutrição Annes Dias. Página institucional. Disponível em: <http://www.saude.rio.rj.gov.br/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/v2/view.htm?infoid=611&editionsectionid=39>

(Acesso em 16/02/09).

17. WORLD HEALTH ORGANIZATION- WHO. Global strategy on diet, physical activity and health. Fifty-Seventh World Health Assembly A57/9. 2004.

#### **Sobre a autora**

Elizabeth Accioly é nutricionista, mestre em Saúde Pública pela Universidade de Porto Rico e doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo. Professora Associada do Departamento de Nutrição e Dietética do Instituto de Nutrição Josué de Castro- INJC da UFRJ. Diretora do INJC/UFRJ. Autora de livros e outras publicações na área de Nutrição Materno-Infantil.